



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

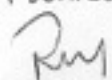
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 464/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.C.

Em, 01 JUN. 2011

  
1º Secretário

*Síntula:* Denomina de **JOÃO CIRINO DOS SANTOS SOBRINO**, a 34ª CIRETRAN de Toledo.

Art. 1º - Fica denominada de **JOÃO CIRINO DOS SANTOS SOBRINO**, a 34ª CIRETRAN de Toledo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 2011.

  
**DUILIO GENARI**  
DEPUTADO ESTADUAL

## JUSTIFICATIVA:

João Cirino dos Santos Sobrino, um nome que permanece na mente e coração da gente Toledana, que o ligam imediatamente ao carinhoso nome- "**Senhor João Cirino do Detran**".

No longínquo ano de 1955, iniciou sua carreira de funcionário público, no então DST (Departamento do Serviço de Trânsito), encarregado na Seção de Controle do Interior, logo assumindo a Chefia da Fiscalização da Receita do Interior, em Curitiba.

Em 1966 assumiu como Chefe do Trânsito em Araucária, permanecendo até 1970, quando foi transferido para Cambará e posteriormente para a Chefia de Trânsito em Ibaiti.

Em 1976, João Cirino chegou em Toledo para prestar serviços do Detran e em 1979, com a criação da 34ª Ciretran de Toledo foi nomeado para exercer a Chefia do Órgão, permanecendo até o ano de 2002, quando se aposentou.

Somou 47 anos de dedicação ininterrupta à causa pública, quase que exclusivamente prestando serviços no DETRAN, sendo **26 anos na CIRETRAN DE TOLEDO**.

Homem esforçado, corajoso, respeitado e admirado pela sua capacidade de trabalho, modo de ser, de sentir e agir como Funcionário Público muito responsável, cidadão preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo e bem estar familiar, portanto muitíssimo merecedor desta homenagem.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 464/11**

**Projeto de Lei nº 464/11**

**Autor: Deputado Duílio Genari**

**Súmula:** Denomina de João Cirino dos Santos Sobrinho, a 34ª CIRETRAN de Toledo.

**EMENTA:** DENOMINAÇÃO DE CIRETRAN. POSSIBILIDADE. ART. 65 E 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 33 e 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 55 DA LEI 8761/88. COM RESPOSTA DA DILIGÊNCIA AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ (DETRAN/PR). CONSTATAÇÃO DE QUE REFERIDA CIRETRAN NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO. CONSTITUCIONAL E LEGAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, objetiva denominar João Cirino dos Santos Sobrinho a 34ª Ciretran de Toledo.

Justifica o autor, em resumo, dizendo que o homenageado iniciou sua carreira de funcionário público em 1955 e que em 1976 chegou em Toledo para prestar serviços no Detran e em 1979 com a criação da 34ª Ciretran foi nomeado para exercer a chefia do órgão, permanecendo até 2002, quando se aposentou, tendo somado, assim, 26 anos na Ciretran de Toledo, e sendo lembrado até hoje pela gente toledana como "Senhor João Cirino do Detran".



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Neste mesmo sentido, dispõe o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO DESTA CASA**:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Conforme resposta à diligência requerida por esta Comissão de Constituição e Justiça, ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, manifestada pelo Ofício nº1928/2011 da Coordenadoria Técnico-Legislativa da Casa Civil, que encaminhou



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

parecer da Assessoria Jurídica do Detran/Pr, de autoria do advogado Dr. Rony Marcos de Lima, **a Ciretran em questão não possui denominação**, dessa forma nada impede a aprovação do Projeto de Lei em questão.

Por outro lado, o mencionado parecer consigna ainda que a denominação do Ciretran poderia prejudicar a população, sugerindo que "não há previsão legal nem justificativa administrativa que demonstre 'batizar' unidade operacional com nome de pessoa se apresente oportuno" (sic).

Não obstante, cabe lembrar que nossa Constituição Estadual veda a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município, não sendo esse o caso do presente projeto.

Ademais, pondera-se que, caso aprovado o presente Projeto, referida unidade operacional – 34ª Ciretran de Toledo –, continuará a ser identificada pelo seu número de ordem de instalação e Cidade onde está localizada, apenas prestando também homenagem a um funcionário que por ali passou, conforme justificativa do projeto.

Desta forma, não se verifica nesta seara, óbice relativo à Constitucionalidade ou Legalidade no presente projeto, sendo que questões acerca de seu oportunismo e conveniência devem ser objeto de debate em Plenário.




*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no  
na **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica legislativa.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista a **LEGALIDADE**  
**e CONSTITUCIONALIDADE** do projeto, bem como o parecer informando  
acerca da inexistência de denominação na referida Ciretran, opinamos  
pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 464/2011**

Projeto de Lei nº 464/2011  
Autor: Deputado Duílio Genari

**Súmula: Denomina de João Cirino dos Santos Sobrinho, a 34ª CIRETRAN de Toledo.**

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Duílio Genari tem por escopo denominar de João Cirino dos Santos Sobrinho, a 34ª CIRETRAN de Toledo.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 464/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela. A homenagem torna-se digna diante da representatividade deste homem para o município de Toledo. Em 1976 João Cirino dos Santos Sobrinho iniciou seus trabalhos junto ao Detran, passando a exercer a chefia da 34ª Ciretran em 1979, onde serviu honrosamente a população durante 26 anos.



### III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto **favoravelmente** pela aprovação do Projeto de Lei nº 464/2011 na sua forma apresentada. O projeto em questão visa homenagear um cidadão que durante muitos anos realizou este trabalho de grandiosidade na Ciretran de Toledo, atuando incansavelmente a serviço de todos.

### IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do **Projeto de Lei nº 464/2011**, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.***

***Sala das Comissões em 12 de setembro de 2011.***



**MARCELO RANGEL**

***Presidente da Comissão***



**ADEMIR BIER**

***Relator***





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo

EMENDA 01  
PLENÁRIO  
DAP  
27/09/11  
fz

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 464/2011**

Conforme prevê o art. 137, § 4º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente emenda modificativa ao Projeto de Lei 334/11, de autoria do Ilustre Deputado Duílio Genari, alterando seu art. 1º conforme redação a seguir:

**"Art. 1º Fica denominada de João Cirino dos Santos Sobrinho, a edificação onde está localizada a 34ª CIRETRAN do município de Toledo."**

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2011.

  
BERNARDO CARL

  
Duílio Genari  
Deputado Estadual

  
ROSE LIRIO

  
PASTOR EDSON

  
TRAIANO

  
GILBERTO RIBEIRO

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa apenas corrigir os vícios existentes na redação original do projeto.

Primeiramente, foi corrigido erro na grafia do nome do Senhor João Cirino dos Santos **Sobrinho**, uma vez que seu sobrenome constava como Sobrino.

Além disso, foi alterada a redação para que seja denominada a edificação onde está localizada a CIRETRAN, e não o próprio órgão como pretendia a redação original, tendo em vista que não existe previsão legal para tanto.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 464/11**

**Projeto de Lei nº 464/11**

**Autor da emenda: Deputado Duílio Genari.**

**Súmula:** Denomina de João Cirino dos Santos Sobrinho, a 34ª CIRETRAN de Toledo.

**EMENTA:** OBJETIVA CORRIGIR OS VÍCIOS EXISTENTES NA REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI Nº 464/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Duílio Genari, tinha como objetivo denominar de João Cirino dos Santos Sobrinho, a 34ª Ciretran de Toledo, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Fernando Scanavaca.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Modificativa, de autoria do Deputado Dúlio Genari. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.**



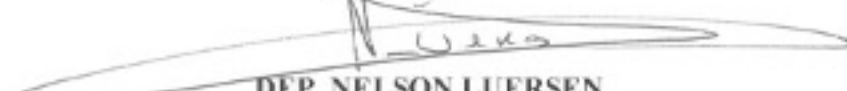
*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Duílio Genari, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 04 de outubro de 2011.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEP. NELSON LUERSEN**  
Relator











PROJETO DE LEI Nº 297, DE 15 DE MARÇO DE 2011.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 06 ABR 2011

*[Assinatura]*  
1º Secretário

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ,

Súmula: Determina que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgado pelo estado do Paraná deve ser reservado ao primeiro emprego.

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - As pessoas jurídicas de direito privado, diretamente ou por meio de consórcios, que forem beneficiadas por todo e qualquer incentivo ou isenção fiscal, instituído e outorgado pelo Estado do Paraná, devem reservar, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas de trabalho ao primeiro emprego.

Parágrafo Único: Compreende-se por primeiro emprego aquele destinado a todas as pessoas que não tenham experiência profissional comprovada em carteira de trabalho ou por contrato de prestação de serviços, independente da idade, salvo restrição legal.

Art. 2º - O não cumprimento desta lei acarretará perda do incentivo ou da isenção fiscal.

Art. 3º - No ato de efetivação do incentivo ou da isenção fiscal deverão constar as normas para o atendimento ao disposto nesta lei.

Art. 4º - O Poder Executivo deverá regulamentar esta lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Sala de Sessões, em 15 de março de 2011.

*[Assinatura]*  
Deputado Estadual Hermas Junior



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury  
Gabinete Deputado Hermas Junior



## JUSTIFICATIVA

O Projeto em análise obriga as empresas que vão receber incentivo ou isenção fiscal do Estado do Paraná a reservar 10% das suas vagas de trabalho ao primeiro emprego.

Esta lei vem atender a uma grande parcela da sociedade que possui dificuldade de conquistar o tão sonhado primeiro emprego. O Estado, ao conceder o incentivo e/ou isenção fiscal, passa a abrir mão de receitas importantes que poderiam ser aplicadas em diversas áreas como saúde e educação. Nada mais justo que estas empresas, ao serem beneficiadas com a redução ou isenção de tributos, contribuam à sociedade paranaense oferecendo oportunidade de emprego a pessoas já qualificadas, mas que não conseguem a inserção no mercado de trabalho.

É obrigação do Poder Público garantir que todo o jovem qualificado tenha o direito de possuir renda própria. Hoje, cada vez mais, o jovem vem procurando emprego, pois precisam participar ativamente da composição da renda familiar.

Os jovens estão entre os que mais sofrem com a falta de adequação dos programas de proteção ao desemprego e a pobreza. Matéria veiculada no portal de Notícias R7 em 10 de maio de 2010, afirma que cerca de 3,5 milhões de jovens estão desempregados em todo o País.

Em nosso país, apenas 36% dos jovens entre 15 e 24 anos têm emprego, outros 22% já trabalharam, mas estão desempregados atualmente; na média, os jovens demoram 15 meses para conseguir o primeiro emprego ou uma nova ocupação, nas regiões metropolitanas. No total, 66% deles precisam trabalhar porque todo o seu ganho, ou parte dele, complementa a renda familiar. Ainda segundo a mesma pesquisa ( IBGE ) o Índice de desemprego entre brasileiros de 15 a 24 anos é de 17,8% em relação aos 22,2 milhões de jovens economicamente ativos, ou seja, ocupados ou que procuram por uma oportunidade profissional.

Relatório organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) apontou que a taxa de desemprego entre jovens no Brasil é 3,2 vezes superior à registrada entre adultos. Esta iniciativa pretende diminuir estes índices.

Além disso, é preciso ressaltar que uma parcela significativa de candidatos ao primeiro emprego somente conseguem, quando isso acontece, postos de trabalho precários, informais, aqueles que não oferecem estabilidade e nem segurança, em que as rendas são baixas e as jornadas são altas.

O primeiro emprego é o início de uma nova etapa na vida de qualquer jovem. Alguns especialistas afirmam que ele é muito importante porque se torna a base dos contatos da vida profissional que começa. Esse período, quando bem conduzido faz com que o jovem tenha chance de aprender, na prática, o que antes só via em livros. É a hora de aperfeiçoar habilidades e dons.

Diante do exposto, espero que os meus pares aprovem o presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, em 05 de abril de 2011.

Praça Nossa Senhora de Salete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: [www.hermasbrandaojr.com.br](http://www.hermasbrandaojr.com.br) e-mail: [contato@hermasbrandaojr.com.br](mailto:contato@hermasbrandaojr.com.br)





**PARECER AO PROJETO DE LEI 297/2011.**

Projeto de Lei nº 297/2011.

Autor: Deputado Hermas Júnior.

**Súmula:** Determina que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgado pelo Estado do Paraná deve ser reservado ao primeiro emprego.

**EMENTA:** INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO. EMPRESAS JURÍDICAS COM FINS LUCRATIVOS. PRIMEIRO EMPREGO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO; ART. 65, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Júnior, tem por intuito destinar 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, que tenham fins lucrativos, que tenham benefícios fiscais, para destinação do primeiro-emprego, contribuindo para com aqueles que tem a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho.



## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Primeiramente, analisando o artigo 1º, inciso V da Nossa Carta Magna, temos de forma análoga que todo cidadão brasileiro, é constitucionalmente garantido o direito ao trabalho, senão vejamos:

**Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:**



**IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;**

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 1,6 milhão está à procura do primeiro emprego no Brasil, na grande maioria por falta de oportunidade por não ter a chance de conquistar experiência.

Na esfera Federal, temos a **Lei 11.692 de Junho de 2008**, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, que foi elaborada com o intuito de criar postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

Como podemos visualizar acima, a União normatizou de forma genérica o ingresso dos jovens aos seu primeiro emprego, cabendo ao Estado direcionar de que maneira tal inclusão deverá ser feito.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei no Estado do Paraná, dispõe o **Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.





Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo Nosso).

A **Constituição Estadual do Paraná** que está em perfeita consonância e harmonia com a Constituição Federal do Brasil, não apresenta nenhum óbice quanto ao assunto do referido projeto de lei e, inclusive, garante prerrogativa aos parlamentares para apresentarem leis ordinárias:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.  
(Grifo Nosso)

E, analisando as competências exclusivas do Governador do Estado do Paraná, não encontramos qualquer menção acerca da proposição em tela, sendo que não havendo impeditivo na esfera executiva, temos a legalidade deste Projeto em ser elaborado por um membro da Assembléia Legislativa.

Em assim sendo, temos que através da legislação acima explanada, que a Assembléia Legislativa do Paraná é competente para legislar sobre a matéria objeto do Projeto de Lei, pois não existe matéria específica que regulamente a inclusão no mercado



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de trabalho no âmbito das empresas jurídicas com fins lucrativos e sobre a destinação de vagas para o primeiro emprego.

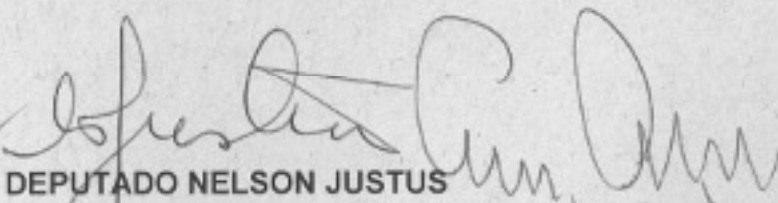
No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

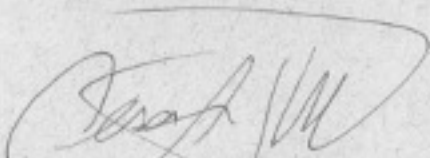
Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98**.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

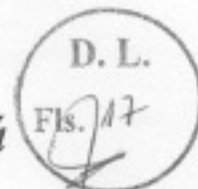
Sala das Comissões, 24 de Maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI**  
**RELATOR**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 297/11**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, visa determinar, que no mínimo 10% das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal deve ser reservado ao primeiro emprego.

**DA TRAMITAÇÃO**

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

**DO MÉRITO**

Esta matéria visa dar oportunidade de trabalho ao jovem qualificado que procura emprego, que tem vontade de obter renda própria.

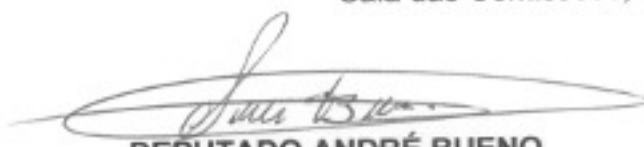
O primeiro emprego é o início de uma nova etapa na vida de qualquer jovem. Este período, quando bem conduzido, faz com que o jovem tenha chance de aprender, aperfeiçoar habilidades e dons.

**DA CONCLUSÃO**

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO  
PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI  
RELATOR







# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



Projeto de Lei nº 297/2011

Autor: Deputado Hermas Junior

O Projeto de Lei nº 297/2011, de autoria do nobre Deputado Hermas Junior, tem como objetivo determinar que um mínimo de 10% das vagas de trabalho das pessoas jurídicas com fins lucrativos que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal, sejam reservadas ao primeiro emprego.

Esta comissão, analisando o projeto em questão, entende ser a matéria de elevado alcance social, não havendo qualquer óbice à sua tramitação, razão pela qual opina pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.

  
Deputado TADEU VENERI

Presidente

  
Deputado CAIO QUINTANA

Relator





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DA JUVENTUDE**

**Preâmbulo**

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, tem por objetivo determinar que, no mínimo 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo de isenção fiscal deve ser reservado ao primeiro emprego.

**Da Tramitação**

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

**Do Análise do Mérito**

O Projeto de Lei em análise tem por objetivo incentivar as empresas a oportunizar ao jovem qualificado seu primeiro emprego. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego brasileiro atinge predominantemente os jovens. A dificuldade de inserção deles no primeiro emprego não decorre apenas da falta de conhecimentos específicos para o trabalho e da baixa experiência profissional. O nível educacional se constitui importante fator que influencia as possibilidades de inserção e o tipo de ocupação.

As parcerias entre poder público, setor produtivo deverão dar o suporte necessário às políticas governamentais, sendo o melhor caminho para a viabilização de iniciativas específicas de geração de empregos para jovens.



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 24

## Da Conclusão

Ante o exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos pelo Parecer favorável e somos pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2011.

Deputado Evandro Junior

Presidente

Relator



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Professor Lemos

D L  
FLS - 02  
m

PROJETO DE LEI

415/11

**LIDO NO EXPEDIENTE**

CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 MAIO 2011

*Ruy*  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** Insere no Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salette" realizada anualmente em setembro no município de Braganey.

DECRETA:

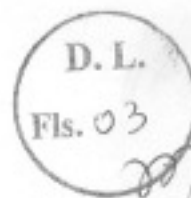
Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salette" realizada anualmente em setembro no município de Braganey.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão do Plenário, 17 de maio de 2011.

*Prof. Lemos*  
PROF: LEMOS  
Deputado Estadual

15:10 17/05/2011 003338 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



**JUSTIFICATIVA**

No dia 08 de março de 1975, Dom Armando Cirio, na época, Bispo de Toledo, atendendo às necessidades espirituais de um grande número de pessoas, localizado no Distrito de Braganey, pertencente ao município de Corbélia – PR, criou a quase paróquia Nossa Senhora da Salette, desmembrada da Paróquia São Judas Tadeu.

A Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salette há mais de trinta anos reúne fiéis do Paraná todo e de outros estados que no mês de setembro se dirigem a Braganey para participarem das programações que envolvem a Romaria.

O programa oficial da festa começa com a missa da alvorada. A celebração vocacional acontece duas horas depois. Posteriormente acontecem a procissão e missa solene

Os fiéis param para almoço às 12 horas, quando será servido o Costelão de boi, prato típico de Braganey.

A programação continua à tarde, com a Glória de Maria. A Santa Missa dos Doentes acontece em seguida e, após esta, os participantes serão convidados para a celebração de encerramento.

Por ser um evento que reúne milhares de fiéis em Braganey e por sua importância religiosa e turística é que propusemos o Projeto de Lei em tela a fim de incluir o evento no calendário oficial de turismo religioso do Estado do Paraná.



# *Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 415/2011.

Autor: Deputado Professor Lemos

### PARECER:

O Projeto de Lei nº 415/2011, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem como escopo inserir no Calendário Oficial de Turismo Religioso do estado do Paraná a Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salette, realizada anualmente no mês de setembro, no Município de Braganey.

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 24-X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente, sobre cultura, sendo, ainda, incumbência do Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais(art. 215-*caput*).

Também a Constituição Estadual, em seu artigo 190, *caput*, estabelece que a cultura é direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos Estaduais e Municipais.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

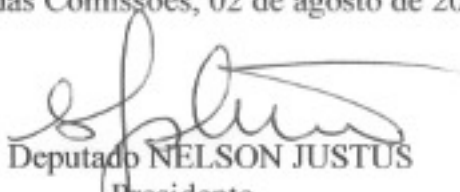
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Tanto o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e a Constituição Estadual entendem que a iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Judiciário, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei.

Considerando-se que a matéria analisada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Igualmente, vislumbra-se estar o projeto em consonância aos ditames constitucionais.

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, nosso Parecer é pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 02 de agosto de 2011.

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Deputado CAIO QUINTANA  
Relator







*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Turismo*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 415/2011**

**Projeto de Lei nº. 415/2011**

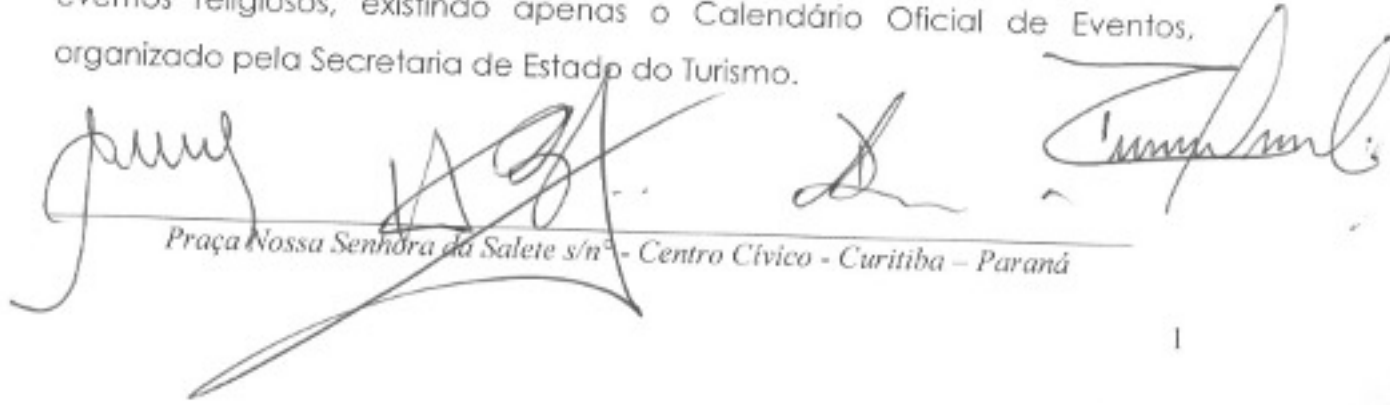
**Autor: Deputado Professor Lemos**

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salette" realizada anualmente em setembro no município de Braganey.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Professor Lemos, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salette", a ser realizada anualmente, no mês de setembro, no Município de Braganey.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 02/08/2011, tendo como relator o nobre Deputado Caíto Quintana, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

Constatamos que o artigo 1º do presente Projeto determina a inclusão da referida data no "Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná". Ocorre que, até mesmo pelo fato do Brasil ser um Estado laico, não há em nosso Estado um calendário específico de eventos religiosos, existindo apenas o Calendário Oficial de Eventos, organizado pela Secretaria de Estado do Turismo.

  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**

Desta forma, sugere-se uma **emenda modificativa**, com o objetivo de alterar o artigo 1º do presente Projeto, determinando a inclusão da referida data no **Calendário Oficial do Estado do Paraná** e assim dar a ele uma adequação à realidade do Estado.

Vencida a alteração na denominação do Calendário, no que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.


Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.



**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Presidente



**DEPUTADO BERNARDO CARLI**  
Relator



*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 415/2011**

**Projeto de Lei nº. 415/2011**


**Autor: Deputado Professor Lemos**

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salette" realizada anualmente em setembro no município de Braganey.

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, § 4º e 141, §2º do Regimento Interno, fica modificado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 415/2011, que passa a contar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Fica inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salette", realizada anualmente em setembro, no Município de Braganey.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.

  
**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Presidente

  
**DEPUTADO BERNARDO CARLI**  
Relator

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

## **COMISSÃO DE CULTURA**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 415/11**

#### **I – SÍNTESE FÁTICA**

O Deputado Estadual Professor Lemos propôs o Projeto de Lei nº 415/201, com o intuito de inserir, no Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná, a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Saleté" a ser realizada anualmente, no mês de setembro, no Município de Braganey.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Caio Quintana, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Ato contínuo, o Projeto foi encaminhado para a Comissão de Turismo que, por sua vez, apresentou uma emenda modificativa para retirar a inserção em um calendário de Turismo Religioso, para inserir tal comemoração no Calendário Oficial do Estado do Paraná, porquanto inexistente um calendário de Turismo Religioso no Estado do Paraná, até mesmo porque o Estado é laico, consoante os ditames da Norma Fundamental Brasileira – Constituição Federal.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito deste substitutivo, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

#### **II – MÉRITO**

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Aliado a isso, é inegável que embora o Estado brasileiro seja laico, conforme constou no parecer emitido pela



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Turismo, as religiões fazem parte do processo histórico de formação do Estado Brasileiro.

Em alguns recantos de nosso país, a religião chega a se confundir com a própria cultura local, como exemplo, vale citar o caso de Padre Cícero, no Nordeste brasileiro, pois o referido personagem é parte inegável da cultura daquele referido local. É exatamente nesse sentido que devemos interpretar as questões culturais ligadas à Administração Pública, tal qual ocorreu no julgamento em que o Conselho Nacional de Justiça interpretou que os crucifixos presentes nos tribunais brasileiros seriam, na verdade, símbolos culturais, não religiosos.

Desse modo, é indubitoso que símbolos ligados às religiões cristianistas fazem parte de nossa cultura, o que, por consequência, os torna patrimônio cultural imaterial de nosso país.

Ademais, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado o apoio e incentivo para a difusão das manifestações culturais, sobretudo aquelas que estão absolutamente enraizadas em nosso povo, como são os símbolos cristianistas.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

## III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

*Sala dos Conselhos, 19/09/11*

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK  
RELATOR

DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO BERNARDO CARLI  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO CAITO QUINTANA  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
MEMBRO DA COMISSÃO



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 415/11**

**Projeto de Lei nº 415/11**

**Autor da emenda: Comissão de Turismo – Deputado Bernardo Carli.**

**Súmula:** Insere no Calendário Oficial de Turismo Religioso do Estado do Paraná a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salete" realizada anualmente em setembro no Município de Braganey.

**EMENTA:** OBJETIVA MODIFICAR A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI Nº 415/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Professor Lemos, tinha como objetivo inserir no Calendário Estadual a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salete", a ser comemorado anualmente, no mês de setembro no Município de Braganey, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Caio Quintana.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ocorre que, recebeu Emenda Modificativa da Comissão de Turismo, de autoria do Deputado Bernardo Carli. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.  
(grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda modificativa foi proposta pelo relator na Comissão de Turismo.

Ainda, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera  
outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo  
nosso)

Assim, verifica-se que a presente emenda está  
perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando  
nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices  
ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da  
presente Emenda Modificativa proposta pela Comissão de Turismo de  
autoria do Deputado Bernardo Carli, por estarem presentes todos os  
requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 4 outubro de 2011.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**

**RELATOR**

**VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER**

Dep. Caio

Quintana

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

## GABINETE DO GOVERNADOR



### ~~ANTE~~PROJETO DE LEI N.º 761/2011

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

**Art. 1.º** – Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), conforme o Anexo I desta Lei.

**Art. 2.º** – Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta Lei.

**Art. 3.º** – Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I ANEXO A LEI				Fl. 01 R\$ 1,00
Cód.	Especificação	Natureza Despesa	Fonte Gr	Gr LALOI IFatal	Valor	N.do Proc COP
5500	SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO					
	SOCIAL					
5560	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					
2503	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	45906100	131	01	1.500.000	1067
Total					1.500.000	

1 CANCELAMENTO		ANEXO II					Fl. 01
1 DE DESPESA		ANEXO A LEI					R\$ 1,00
1	1		1	1	1	1	1
1	Cód.	1	Especificação	1	Natureza da Despesa	1	1
1	1	1		1	1	1	1
1	5500	1	SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1	1	1	1
1	1	1		1	1	1	1
1	1	1		1	1	1	1
1	5503	1	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA	1	1	1	1
1	2503	1	FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA	1	44906100	1	131
				1	01	1	L
				1	1.530.000	1	1068
				Total		1	1.530.000

## GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 60/2011**

Curitiba, 19 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, que solicita a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA, aprovado pela Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010, para a abertura da espécie de despesa Inversões Financeiras, com a finalidade de aquisição de imóveis para o funcionamento dos Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente – NUCRIA, a serem instalados nas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa e Londrina.

Ainda, cumpre mencionar que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio órgão.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

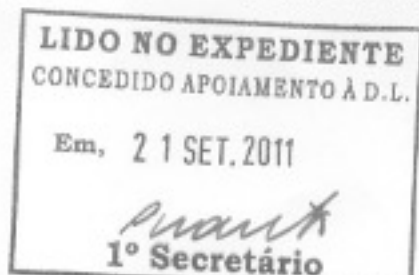
Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR  
Prot. N.º: 11.219.485-1 lhph/ctf



GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 19 de setembro de 2011  
OF CEE/G 150/11



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em, 21/09/11

Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 60/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que solicita a aprovação de abertura de crédito especial ao vigente orçamento do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA, com a finalidade de aquisição de imóveis para o funcionamento dos Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente – NUCRIA, a serem instalados nas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa e Londrina.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14426 21/09/2011 0607373 DOP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 761/11**

Projeto de Lei nº. 761/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 060/11

**Súmula:** Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

**EMENTA:** APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 1.500.000,00 AO VIGENTE ORÇAMENTO DO FUNDO ESTADUAL PARA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA – FIA, COM A FINALIDADE DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O FUNCIONAMENTO DOS NÚCLEOS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – NUCRIA, A SEREM INSTALADOS NAS CIDADES DE PARANAGUÁ, PONTA GROSSA E LONDRINA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. ARTS. 29, 33, 124 E 137 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo aprovar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento do Fundo Estadual para Criança e Adolescência – FIA, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, para a abertura da espécie de despesa Inversões Financeiras, com a finalidade de aquisição de imóveis para o funcionamento dos Núcleos de Proteção à Criança e ao



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Adolescente – NUCRIA, a serem instalados nas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa e Londrina.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:  
II - as diretrizes orçamentárias anuais;  
III - os orçamentos anuais.  
§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.  
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis:


Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.


**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA SUPRESSIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO**  
Relator







*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Não obstante, cabe ressaltar que a dispensa dos créditos em apreço poderá implicar em um impacto na expectativa de receita, motivo pelo qual, nos termos da Lei Complementar nº 101/00, existe a necessidade da apresentação da estimativa do impacto financeiro que a pretendida renúncia de receita pode gerar:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; (grito nosso)

Assim, verifica-se que o projeto de lei cumpre os requisitos da Lei Complementar Federal 101/00, tendo em vista está devidamente acompanhado do impacto orçamentário-financeiro.

No entanto, com o objetivo de retificar erro de grafia no Projeto de Lei ora em tela, propõe-se a seguinte Emenda Supressiva, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



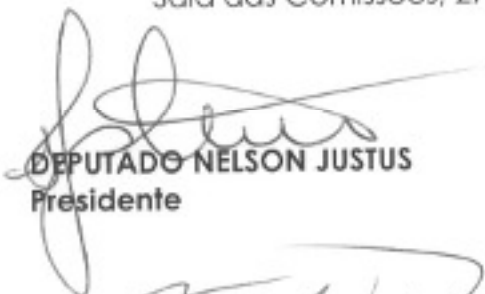
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 761/2011**

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o art. 3º do Projeto de Lei nº 761/11 a contar com a seguinte redação:

**Art.3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO**  
Relator








**Assembleia Legislativa do Paraná**  
**GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK**

**"A diferença que vem de Deus" MI 3:18**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 761/11**

**Autoria: - Poder Executivo**

**Relator: - Dep. Pastor Edson Praczyk**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 060/2011, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *"aprovar a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão, e quinhentos mil reais), visando atender despesas com a aquisição de imóvel para o funcionamento dos Núcleos de Proteção à Criança e ao Adolescente – NUCRIA, a serem instalados nas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa e Londrina.*

**II – DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER**

A Lei estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2011, dispondo sobre ajuste no Orçamento do Estado.

Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de cancelamentos de dotações do próprio órgão e servirá como recurso para cobertura de crédito, igual importância proveniente de cancelamento da natureza de despesa grupo de despesa-investimentos 44906100 (aquisição de imóveis), passando para acréscimo da natureza de despesa grupo de despesa-inversões financeiras 45906100 (aquisição de imóveis).

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo que seu relator exarou parecer favorável pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:



25

**Assembleia Legislativa do Paraná**  
**GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK**

**"A diferença que vem de Deus" MI 3:18**

*"Art. 135 São vedados:*

*V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."*

Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I, II.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.


### **III – CONCLUSÃO**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epigrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável**, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em

  
**DEP. NEREU MOURA**  
PRESIDENTE

  
**DEP. PASTOR EDSON PRACZYK**  
RELATOR



(27)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 761/11**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 60/11, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA, com a finalidade de aquisição de imóveis para o funcionamento dos Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente – NUCRIA, a serem instalados nas cidades de Paranaguá, Ponta Grossa e Loderona, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a d.ª Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável. Salienta-se ainda, a existência do pronunciamento favorável da Comissão de Orçamento desta Casa de Leis.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão atende aos preceitos constantes, tanto da Lei Orçamentária Federal nº 4320/64, como da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De igual modo, observe-se que servirá como recurso para a cobertura do crédito acima citado, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II da proposta.

Isto posto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões,

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

05/10/11  
  
DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI  
RELATOR







OF/CTL/CC nº 1601 /2011

Curitiba, 01 de julho de 2011

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUL. 2011

1º Secretário

Senhor Presidente,

A DAP p/ leitura no ex.  
pedienteA DL p/ promulgação  
E 04. julho 2011

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 038/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 075/2011, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O presente Projeto de Lei nº 075/11, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, tem como escopo dispor sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

Em relação à matéria em análise, dispõe a Constituição Federal:

**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (grifo nosso)

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifo nosso)

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
Prot.º 11.102.751-0



Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifo nosso)

Por se tratar de direito fundamental, assegurado pelo Estado, a Constituição Federal não impôs restrições quanto à competência para legislar sobre saúde pública, de forma que as normas que visem garantir o bem-estar da população podem ser elaboradas por qualquer das esferas de poder.

A saúde pública deve, portanto, ser tratada de forma ampla, pois vêm ao encontro dos dispositivos norteadores do Estado Brasileiro, quais sejam, da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

A Constituição Estadual também atua no mesmo sentido:

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo único. Ao Estado, como integrante do Sistema Único de Saúde, compete implementar ações destinadas a cumprir as atribuições referidas no art. 200 da Constituição Federal.

Observa-se, assim, que toda ação destinada à proteção da saúde da população encontra respaldo constitucional, haja vista se tratar de direito fundamental.

Entretanto, embora haja legitimidade para legislar sobre a matéria proposta, o referido Projeto apresenta vício de iniciativa, vez que, a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado é exclusiva do Chefe do Poder Executivo, a esse respeito dispõe a Constituição Estadual:



**Art. 66.** *Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*(...)*

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifo nosso).

Ademais, oportuno salientar que compete à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos gerenciar a coleta e destinação final de resíduos de saúde, ambas subordinadas ao Poder Executivo. Frise-se que as normas vigentes no Estado do Paraná para a gestão de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, para fins da atuação da Vigilância Sanitária já estão estabelecidas na Resolução Conjunta 002/05-SEMA/SESA.

Assim, o presente Projeto de Lei é, portanto, dotado de constitucionalidade no que tange à saúde pública, pecando no que diz respeito à separação dos poderes, ao criar atribuições às Secretarias de Estado, recaindo em evidente inconstitucionalidade, no art. 7º, quanto a fiscalização e a aplicação de multa no caso de descumprimento legal.

A separação dos poderes, como princípio de ordem constitucional, destina-se a evitar ingerência de um poder constituído sobre outro, evitando-se assim arbitrios que poderiam incorrer se um Poder pudesse, livremente, criar atribuições para outro.

Ademais, se não bastassem as inconstitucionalidades supracitadas, o presente Projeto de Lei apresenta evidente afronta ao interesse público, vez que as benesses pretendidas com a redação da presente proposta são, no mínimo, duvidosas, haja vista que os benefícios ao meio ambiente e a saúde pública pretendidos podem não ocorrer, como demonstra o parecer do Sr. Carlos Roberto Patza, do Departamento de Vigilância Sanitária - DEVS, encaminhado pela Secretaria de Saúde, cujo teor segue transcrito:

*"As normas vigentes para a gestão de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS, para fins de atuação da Vigilância Sanitária, são a Resolução RDC 306/2004-ANVISA de aplicação nacional e a Resolução Conjunta 002/05-SEMA/SESA, válida para o Estado do Paraná.*

*Tais normas orientam o descarte de medicamentos inservíveis, classificados como grupo B, a ser realizado pelos estabelecimentos definidos nas Resoluções, desde a geração destes resíduos nos estabelecimentos, até o seu tratamento e destino final, que podem ser terceirizados, sob a responsabilidade do estabelecimento gerador.*

*As informações sobre este processo de gestão devem estar descritas nos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS que devem ser apresentados pelos estabelecimentos para avaliação das vigilâncias sanitárias municipais e para aprovação no Instituto Ambiental do Paraná - IAP, exceto para o município de Curitiba quando será avaliado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.*

*Nas normas citadas não há considerações sobre o descarte de medicamentos utilizados pelos consumidores ou usuários em seus domicílios, obtidos pelos mesmos nos estabelecimentos comercializadores e/ou distribuidores de medicamentos, públicos ou privados, exceto aqueles fornecidos por serviços de assistência domiciliar. Também não há qualquer determinação expressa para ação por parte da Vigilância Sanitária para adoção de medidas fiscalizadoras ou*



orientadoras para a destinação final destes medicamentos quanto a estes consumidores domiciliares.

Pode ser importante observar que as resoluções da ANVISA e SEMA/SESA não classificam os resíduos produzidos em domicílios como Resíduos de Serviços de Saúde, apesar de ser do conhecimento comum que uma parcela considerável da população realiza tratamentos de saúde em ambiente residencial, tido como um local mais favorável para a ampla recuperação dos indivíduos em tratamento. Tal consideração pode ser creditada à enorme dificuldade operacional que os órgãos de fiscalização teriam para fazer cumprir alguma orientação que fosse possível de executar pelos vários milhares de residências espalhados por todos os municípios.

O Projeto de Lei no 75/2011 determina que empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras ou revendedoras dos produtos descritos sejam os responsáveis em dar a destinação adequada aos produtos tipificados na lei, promovendo a coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final dos mesmos. Determina que os estabelecimentos que comercializem tais produtos ficam obrigados a aceitar a devolução de unidades usadas, vencidas ou inservíveis.

A legislação vigente, particularmente a federal, anteriormente citada, apresenta todas as exigências para acondicionamento de resíduos do Grupo B com dimensionamento em conformidade com o volume de resíduos produzidos no estabelecimento, que deve constar no PGRSS do estabelecimento. Também são apresentadas as condições que os abrigos de resíduos devem satisfazer para o armazenamento dos resíduos no intervalo entre as coletas, com dimensionamento compatível com o volume gerado e o intervalo entre estas coletas. Estas condicionantes devem ser apresentadas no PGRSS elaborado sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado, indicando, ainda, quem será o responsável pela implementação do Plano no estabelecimento.

A legislação em vigor determina que alterações nas quantidades de resíduos geradas no estabelecimento ou modificações de processo que possam ocorrer em qualquer das etapas do gerenciamento ou manuseio deverão ser autorizadas pelos órgãos fiscais responsáveis, implicando na reanálise dos PGRSS anteriormente apresentados e autorizados.

Quanto à aplicação da nova lei e das punições previstas na mesma, deve ser observado que mais de 90% dos medicamentos que circulam no em nosso território são produzidos por fabricantes localizados fora do Estado do Paraná, alguns fora do Brasil, e que a lei proposta poderá não ter força jurídica para o cumprimento de uma legislação estadual relativa aos resíduos de medicamentos consumidos no nosso estado. Ainda deve-se avaliar a hipótese de haver tratamentos diferenciados para os diversos fabricantes e constrangimentos financeiros, éticos e legais para aqueles estabelecidos no Estado do Paraná.

Quanto à reciclagem, deve ser lembrado que, exceto pelos vidros que acondicionem medicamentos líquidos, todos os demais componentes das embalagens, ou sejam, papéis, caixas, blisters, vidros que não contenham medicamentos líquidos, bulas, podem ser descartados como resíduo reciclável nos próprios domicílios, juntamente com os demais recicláveis do lixo doméstico, evitando-se custos adicionais ao consumidor que não precisa ir às farmácias para descartar estes materiais. Sugere-se criteriosa análise na permissão de reciclagem e reutilização de produtos que tem severo rigor e cuidado nas condições de embalagem e armazenamento, evitando-se esta possibilidade, ou seja, a reciclagem e reutilização, a fim de se manter a segurança na utilização de medicamentos e produtos que não devem trazer agravos à saúde pública, obrigação primordial do moderno conceito de estado.

Conforme apresenta a justificativa para o projeto de lei, no Paraná a fiscalização sanitária tem solicitado aos geradores de resíduos de saúde do Grupo B o cumprimento da legislação, ou seja, que os resíduos produzidos nos estabelecimentos, sejam de embalagens ou produtos sem condições de uso, sejam descartados atendendo os critérios determinados nas normas legais, até o seu tratamento e disposição final, que são fiscalizados pelo IAP.

Não parece ser necessário alterar este processo, pois se tem observado o cumprimento da legislação de modo satisfatório por parte dos geradores, sejam farmácias ou hospitais. Sugere-se avaliar que a modificação proposta poderá não implicar em redução nos preços dos medicamentos, visto que o custo do tratamento dos resíduos é repassado para o consumidor final, seja este tratamento pago pela indústria ou pelo varejista.





Os fármacos encontrados no meio ambiente e em águas naturais, conforme apresenta a justificativa da proposição, não são indicativos suficientemente objetivos de que a coleta de resíduos de forma correta venha a diminuir significativamente as concentrações a serem encontradas em novos estudos, após a aprovação da lei. A própria justificativa da lei tem a informação da Alemanha, onde foram identificados 18 antibióticos em efluentes de ETE - Estações de Tratamento de Esgoto, obviamente decorrentes do consumo dos medicamentos pela população. Deve ser observado que as concentrações das doses determinadas para os pacientes são dimensionadas para manter uma ação residual no seu organismo, sendo eliminadas com as fezes e urina dos mesmos; portanto como os processos de tratamento de esgotos usuais não são eficientes na remoção destes produtos químicos, tal situação poderá não ser modificada pela melhor gestão de RSS do Grupo B, cabendo-se avaliar outro tipo de propositura para efetivar esta redução.

Como a grande preocupação, que se percebe nas entrelinhas do texto, é com os produtos utilizados nos domicílios, obtidos ou adquiridos nos locais de distribuição, públicos ou privados, sugere-se uma reformulação nas formas de embalagem e dispensação de medicamentos, a ser realizada pela indústria, que entregaria para o consumo as quantidades efetivamente necessárias para o tratamento, evitando-se possíveis sobras. Esta situação, sim, pode trazer uma redução de despesa para o consumidor que ora se obriga a comprar mais medicamentos do que realmente precisa e, sem qualquer dúvida, trará uma relevante melhoria ambiental, evitando-se desprezar e tratar material de alto custo de produção como medicamento e de alto custo de tratamento como resíduo.

Também deve ser avaliado o risco à segurança da população quanto ao transporte para os coletores concentrados nos salões comerciais da rede farmacêutica e com o possível consumo incorreto de medicamentos sem condições de uso, disponíveis em maiores quantidades para serem apanhados nos recipientes de coleta de medicamentos vencidos ou estragados ali instalados."

Isto posto, é salutar a necessidade de um estudo pormenorizado com o real impacto sobre a destinação dos medicamentos em desuso, seus procedimentos, benefícios e malefícios que tais medidas possam acarretar à população e ao meio ambiente como um todo.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA  
GOVERNADOR DO ESTADO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 018/11**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 018/11**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1601/11**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 075/11, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 075/11, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida que, dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 075/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **09 de junho de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 018/11, foi encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **04 de julho de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Desta forma, esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, de agosto de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO  
RELATOR











**Projeto de Lei nº 075/11**  
**(Autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida)**

Dispõe sobre a responsabilidade da destinação dos medicamentos em desuso no Estado do Paraná e seus procedimentos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Todo o resíduo contendo substâncias químicas ou biológicas que sejam produtos hormonais, antimicrobianos, citostáticos, antineoplásicos, imunossupressores, digitálicos, imunomoduladores, antiretrovirais, anti-inflamatórios, corticóides e seu derivados, em especial e todos os demais medicamentos de uso humano ou veterinário, deverá ter seu descarte e destinação final conforme a presente lei.

**Art. 2º** As empresas fabricantes, importadoras, distribuidoras ou revendedoras de produtos descritos no art. 1º da presente lei, ficam responsáveis em dar a destinação adequada a esses produtos, mediante procedimentos de coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final.

**Parágrafo único.** As empresas descritas no caput deste artigo ainda devem prestar assistência aos estabelecimentos que comercializam ou distribuem estes produtos.

**Art. 3º** Os estabelecimentos que comercializam ou distribuem os produtos mencionados no art. 1º desta lei, incluindo neste rol as farmácias, farmácias de manipulação, farmácias veterinárias e lojas de produtos animais que comercializarem medicamentos, os postos de saúde, os hospitais, as clínicas e os consultórios sejam eles médicos ou odontológicos, os hospitais, clínicas e consultórios veterinários, os laboratórios de exames clínicos, e qualquer outro estabelecimento que comercialize ou distribua remédios, mesmo que seja de forma gratuita, como a distribuição de amostras grátis, ficam obrigados a aceitar a devolução das unidades usadas, vencidas, inservíveis, cujas características sejam similares àquelas comercializadas ou distribuídas por estes estabelecimentos.



Projeto de Lei nº 075/11 - fls.02.

**Art. 4º** Os medicamentos, ou produtos recebidos na forma do artigo anterior, serão acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecendo-se as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores quanto aos mecanismos operacionais para a coleta, transporte e armazenamento, bem como as normas ambientais e de saúde pertinentes, devendo ser processadas de forma tecnicamente segura e adequada até que seja feito o repasse para os distribuidores, fabricantes ou importadores.

**Art. 5º** Após a entrega, pelos usuários, dos medicamentos aos estabelecimentos que os comercializam ou que os distribuam, informarão às empresas distribuidoras e revendedoras, ou às fábricas ou importadoras, a lista de produtos que demandam destinação final, a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas pela presente lei.

**Parágrafo único.** No prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da informação de que trata o *caput* deste artigo, os responsáveis, nos termos desta lei, providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação final aplicável a cada caso.

**Art. 6º** Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final dos produtos que trata a presente lei:

I – lançamento *in natura* a céu aberto, tanto em ares urbanas quanto rurais;

II – queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados, conforme legislação vigente.

III – lançamento em copos d'água, manguezais, praias, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas naturais ou artificiais, em redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, eletricidade, telefone, gás natural ou de televisão a cabo, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações;

IV – em aterros sanitários que não sejam de classe I (aterro de resíduos perigosos);

V – lançados na rede de esgoto.

**Art. 7º** A desobediência ou a inobservância de quaisquer dispositivos desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:



**Projeto de Lei nº 075/11 - fls.03.**

I – advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de multa;

II – não sanada a irregularidade, será aplicada multa no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), reajustáveis anualmente pelo índice de variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);

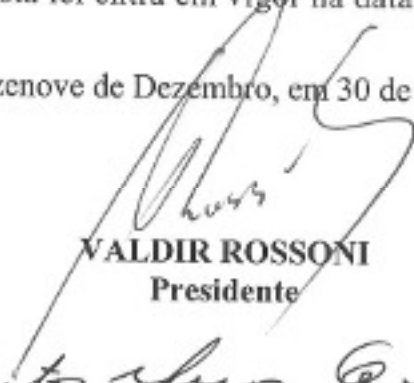
III – em caso de reincidência, a multa prevista no inciso anterior será aplicada em dobro;

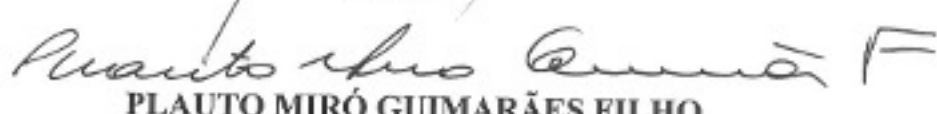
IV – persistindo a irregularidade, mesmo após a imposição de multa em dobro, será aplicada multa pecuniária diária de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) até o cumprimento integral do presente diploma legal.

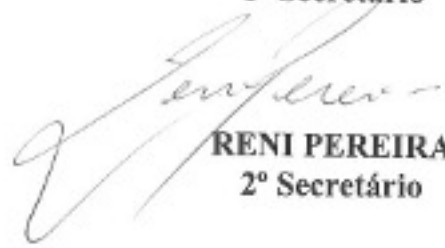
**Art. 8º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei em até 60 (sessenta) dias.

**Art. 9º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 30 de maio de 2011.

  
**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

  
**PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

  
**RENI PEREIRA**  
2º Secretário



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## **REQUERIMENTO**

*Requer a retirada da Proposição de Veto 018/11, Projeto de Lei 075/11 por 10 sessões.*

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais, requerem, após ouvido o douto plenário, a **retirada por 10 sessões** da Proposição de Veto 018/11 aposto ao Projeto de Lei 055/11, da presente ordem do dia.

Sala das Sessões em, 14 de setembro de 2011.

*[Handwritten signatures and names of the deputies:]*  
DULIO  
Deputado Estadual  
TRAVASSOS  
CHÉIDA  
ÉLIO  
ZUCCHI  
GILBERTO  
DOUGLAS  
BURELLI  
VERRE  
ZUCCHI  
GILBERTO





OF/CTL/CC nº 1962/2011

PROPOSIÇÃO Nº 022/11

Curitiba, 09 de agosto de 2011

D. L.

Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 AGO. 2011

*Mauro*

1º Secretário

Senhor Presidente,

*A DAP p/ Lei n.º 198/2011, p/ Lei n.º 199/2011.**A D. L. p/ Lei n.º 198/2011.**Em, 10 ago. 2011**Sen. G. D. P. P. P.*

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 112/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 198/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 198/2011, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, tem por escopo determinar a reserva de vagas para pessoas com deficiências nos contratos de terceirização de serviços públicos.

O objetivo de tal propositura é criar oportunidades de trabalho às pessoas com deficiência, que deverão ocupar pelo menos 10% (dez por cento) das vagas das empresas prestadoras de serviços de terceirização, cujos contratos com órgãos e entidades da administração pública do Estado prevêm o fornecimento de mão-de-obra.

Oportuno mencionar que o percentual mínimo de 10% (dez por cento) das vagas, com reserva nunca inferior a uma vaga, exclusivamente para pessoas com deficiência, somente será aplicado quando esta não seja incompatível com o exercício das funções objeto dos contratos.

Entretanto, oportuno transcrever o disposto no inciso IV, do art. 66 da Constituição Estadual:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

**IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.**

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot.nº 11.132.556-1





Federal:

Ademais, vejamos o disposto no artigo 2º da Constituição

**Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.**

Isto posto, constata-se que o presente Projeto de Lei vem em descompasso com o princípio da harmonia dos poderes estabelecidos na Constituição Federal, vez que o Poder Legislativo não possui competência para tal propositura, no que tange as atribuições de órgãos da Administração Pública, cabendo única e exclusivamente ao Executivo, na pessoa do Governador do Estado, consoante artigos supracitados.

Partindo deste pressuposto, é insofismável que o presente Projeto de Lei apresenta evidente inconstitucionalidade decorrente de vício de iniciativa, haja vista que o ilustre Deputado não possui competência para propor a presente medida, vez que esta é de competência privativa do Governador do Estado.

Feita esta constatação, é indubitável a relevância social do tema, sendo louvável a preocupação e iniciativa do parlamentar, quanto a inserção das pessoas com deficiência no acirrado mercado de trabalho e a guarida de seus direitos constitucionais.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
**GOVERNADOR DO ESTADO**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 022/11**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 022/11**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1962/11**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 198/11, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, que determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos contratos de terceirização de serviços públicos – em anexo o Projeto de Lei nº 364/11 de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 198/11, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior que, determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos – em anexo o Projeto de Lei nº 364/11 de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 198/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de julho de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 022/11, foi encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 10 de agosto de 2011, sendo desta maneira tempestiva.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

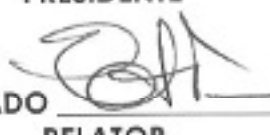
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento da presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO**  
**RELATOR**



**Projeto de Lei nº 198/11**  
**(Autoria do Deputado Hermas Junior)**

Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

**Art. 1º** As empresas ou entidades prestadoras de serviço que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual deverão reservar no mínimo do total das vagas de trabalho fixadas nos respectivos contratos, às pessoas com deficiência, conforme a seguinte proporcionalidade:

- I – de 100 a 200 vagas - 2%;
- II – de 201 a 500 vagas - 3%;
- III – de 501 a 1.000 vagas - 4%;
- IV – acima de 1.001 vagas - 5%.

**Art. 2º** Quando o cálculo das vagas de cada contrato resultar em fração igual ou superior a cinco décimos arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, ou para o número inteiro imediatamente inferior, quando resultar inferior a cinco décimos.

**Parágrafo único.** Nos contratos em que o cálculo para a reserva de vagas for inferior a um, fica assegurada uma vaga para as pessoas com deficiência, se o total das vagas previstas no contrato for igual ou superior a cinco.

**Art. 3º** Os gestores responsáveis pela execução e fiscalização dos contratos, na forma estabelecida no art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão manter o registro atualizado das vagas reservadas às pessoas com necessidades especiais e elaborar relatório anual para ser arquivado juntamente com o contrato.



Projeto de Lei nº 198/11- fls. 02

**Art. 4º** Nos editais de licitação destinados à contratação de empresa para prestação de serviços de terceirização deverá constar cláusula que especifique a obrigatoriedade do cumprimento desta Lei.

**Art. 5º** Para os contratos firmados anteriormente à vigência desta Lei, a obrigação da reserva de vagas para pessoas com deficiência dar-se-á no prazo de noventa dias após a publicação desta Lei.

**Art. 6º** Na hipótese do não preenchimento de vaga por falta de aptidão dos candidatos para o exercício da função, comprovada por certificado expedido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a empresa fica dispensada do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei.

**Art. 7º** As empresas e os agentes públicos que descumprirem esta Lei sujeitar-se-ão às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 13 de julho de 2011.

**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

**RENI PEREIRA**  
2º Secretário

**3º SECRETÁRIO**